

HABEAS CORPUS Nº 567.575 - SP (2020/0071579-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO CABRAL NARCISO GIANETTE - MG116415**

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PACIENTE : RARISON KLEBER PEREIRA DA COSTA DE ARAUJO
(PRESO)**

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que proferiu acórdão assim ementado (fls. 44-45):

TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06) - APELOS DEFENSIVO E MINISTERIAL - SEM APRECIÇÃO DO MÉRITO - DEFESA BUSCA A FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL ABERTO E A INCONSTITUCIONALIDADE DA PENA DE MULTA IMPOSTA - DESCABIMENTO - MINISTÉRIO PÚBLICO, POR SUA VEZ, O AFASTAMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO PARÁGRAFO 4º, DO ARTIGO 33, DA LEI N 11.343/2006 E A REVOGAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS - ACOLHIMENTO - MODO COMO OS ENTORPECENTES ESTAVAM A CONDICIONADOS, QUANTIDADE, DIVERSIDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS E, PRINCIPALMENTE, AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO E AS PROVAS CARREADAS AOS AUTOS, QUE REVELAM QUE O RÉU SE DEDICAVA, COM HABITUALIDADE, À ATIVIDADE CRIMINOSA DO TRÁFICO DE DROGAS, INCLUSIVE QUANDO ADOLESCENTE, COM PASSAGEM POR ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO TRÁFICO DE DROGAS, FATORES QUE IMPEDEM A APLICAÇÃO DO REDUTOR - COMPROVAÇÃO DE QUE FAZIA DO TRÁFICO O SEU MEIO DE VIDA - PRIVILÉGIO AFASTADO - REPRIMENDAS READEQUADAS PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL - NECESSIDADE - GRAVIDADE DO CRIME QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO, MOSTRANDO-SE IMPERIOSO, SENDO O MAIS ADEQUADO À ESPÉCIE - PRECEDENTES, FICANDO AFASTADO O PLEITO DEFENSIVO - COM A IMPOSIÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO, FICA AUTOMATICAMENTE REVOGADA A SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL IMPOSTA EM PRIMEIRO GRAU - INSUFICIENTE PARA REPRESSÃO E PREVENÇÃO DO DELITO ~ PENA DE MULTA CONSTITUCIONALIDADE - RECURSO DEFENSIVO DESPROVIDO. POR OUTRO LADO, RECURSO MINISTERIAL PROVIDO, EXPEDINDO-SE O RESPECTIVO

MANDADO DE PRISÃO EM DESFAVOR DO RÉU.

O paciente foi condenado, em 1º grau, às penas de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 166 dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos e multa, por ofensa ao art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.

O TJSP deu provimento à apelação da acusação para afastar a minorante prevista na Lei de Drogas, fixando a pena em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, e revogando a substituição da pena privativa por restritiva de direitos, mantida, no mais, a sentença.

A impetrante argumenta, em suma, que o paciente faz jus ao benefício previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, requerendo, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da sentença e alteração do regime prisional para o aberto ou semiaberto, substituindo-se a pena corporal por duas restritivas de direitos.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de restabelecimento da sentença e alteração do regime prisional para o aberto ou semiaberto, substituindo-se a pena corporal por duas restritivas de direitos, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator